

Acórdão nº 9.211/2015/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 12.833.2009-30-TCE
ASSUNTO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Manuel Urbano, exercício de 2008
RESPONSÁVEL: Senhor Raimundo Cipriano de Oliveira
RELATOR: Conselheiro Antonio Cristovão Correia de Messias

Prestação de Contas. Câmara Municipal. Reajuste dos subsídios dos Vereadores, realizado no curso da legislatura 2005/2008, contrariando o Princípio da Anterioridade. Irregularidade.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1)** com fundamento na alínea “b” do inciso III do artigo 51 da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, considerar **irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Manuel Urbano, exercício orçamentário e financeiro de 2008, de responsabilidade do Senhor **Raimundo Cipriano de Oliveira**, Presidente da Mesa Diretora, à época, em face do reajuste dos subsídios dos Vereadores, realizado no curso da legislatura 2005/2008, contrariando o Princípio da Anterioridade, previsto no inciso VI do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000; e **2)** **notificar o atual Presidente** da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Manuel Urbano, para tomar ciência do apurado, a fim de que a impropriedade apurada não se repita nas futuras edições da matéria. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. Ausente, justificadamente, a Excelentíssima Senhora Conselheira Dulcinéia Benício de Araújo.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre

Rio Branco – Acre, 11 de junho de 2015

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**
Presidenta do TCE/AC

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**
Relator

Fui presente:

ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA
Procuradora-Chefe do MPE/TCE/AC